

MS- MATOSINHOS SPORT, EM

Estatutos

Alteração aos Estatutos

Aprovada nas reuniões:

- C.A. de 09/05/2005

- C.M.M. de 04/07/2005

- Assembleia Municipal de 01/08/2005

ESTATUTOS

DA

**MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e
Equipamentos Desportivos e de Lazer, EM**

ACTIVIDADES DESPORTIVAS, RECREATIVAS E CULTURAIS

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

SECÇÃO I

DENOMINAÇÃO, PERSONALIDADE E CAPACIDADE JURÍDICA, REGIME JURÍDICO E SEDE

ARTIGO 1º

(Denominação, personalidade e capacidade jurídica)

- 1 - A *MS - Matosinhos Sport, Empresa Municipal de Gestão e Equipamentos Desportivos e de Lazer, EM* designada abreviadamente por *MS – Matosinhos Sport, EM*, é uma empresa municipal dotada de personalidade jurídica, com autonomia administrativa, financeira e património próprio, a qual fica sujeita à Tutela da Câmara Municipal de Matosinhos.
- 2 - A capacidade jurídica da *MS – Matosinhos Sport, EM* abrange todos os direitos e obrigações necessários ou convenientes à prossecução do seu objecto.

ARTIGO 2º

(Regime Jurídico)

A *MS – Matosinhos Sport, EM* rege-se pelo presente Estatuto, pelas Deliberações dos Órgãos Municipais e demais actos que as tenham aprovado e, subsidiariamente, pela legislação aplicável às empresas públicas e pelas normas de direito privado.

ARTIGO 3º

(Sede e representação)

- 1 - A *MS – Matosinhos Sport, EM* tem a sua sede no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos, sito na Rua Nova do Estádio, nº 244, 4460-381 Senhora da Hora, na cidade de Matosinhos.

- 2 - A *MS – Matosinhos Sport, EM* pode, por deliberação do seu Conselho de Administração, estabelecer qualquer tipo de representação ou instalações, onde e quando for necessária à prossecução dos seus fins.

SECÇÃO II

OBJECTO E ATRIBUIÇÕES

ARTIGO 4º

(Objecto)

- 1 - A *MS – Matosinhos Sport, EM* tem como objecto principal o planeamento, administração, gestão e manutenção dos espaços e equipamentos desportivos municipais, bem como a promoção e realização de actividades de animação desportiva e de programas municipais de fomento desportivo.
- 2 - A *MS – Matosinhos Sport, EM* pode exercer actividades acessórias relacionadas com o seu objecto principal, designadamente actividades complementares ou subsidiárias das suas promoções e realizações, podendo ceder a título gratuito ou oneroso instalações e equipamentos para realizações idênticas promovidas por terceiros.
- 3 - A *MS – Matosinhos Sport, EM* pode exercer, como actividade acessória, a exploração de espaços com fins de publicidade.

ARTIGO 5º

(Atribuições e competências)

- 1 - Constituem atribuições da *MS – Matosinhos Sport, EM*:
- a) Contribuir para a promoção de eventos desportivos, recreativos e culturais da região de Matosinhos;
 - b) Proporcionar às populações a fruição dos equipamentos e instalações;
 - c) Cooperar com as entidades interessadas na promoção de manifestações culturais, recreativas e desportivas;
 - d) Prestar ampla informação sobre as suas realizações;

- e) Contribuir para a divulgação do património histórico e cultural do concelho de Matosinhos e suas gentes;
 - f) Adquirir os bens, equipamentos e direitos a eles relativos necessários à prossecução das suas atribuições;
 - g) Praticar os actos necessários à exploração dos seus bens e equipamentos;
 - h) Exercer todas as actividades complementares e subsidiárias relacionadas com as com as anteriores, ou outras que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal dentro das atribuições da Empresa;
 - i) Praticar os demais actos necessários à prossecução das suas atribuições e actividades.
- 2 - As obras promovidas pela *MS – Matosinhos Sport, EM* podem ser executadas em regime de administração directa ou de empreitada e não carecem de licença se o projecto respectivo tiver sido aprovado pela Câmara Municipal.

CAPÍTULO II

ORGÃOS DE EMPRESA

SECÇÃO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO 6º

(Órgãos da empresa)

- 1 - São órgãos da *MS – Matosinhos Sport, EM*:
- a) O Conselho de Administração;
 - b) O Fiscal Único.
- 2 - A Câmara Municipal de Matosinhos assegurará a supremacia do interesse público, mediante o exercício dos poderes da Tutela estabelecidos no presente Estatuto e demais legislação aplicável.
- 3 - Os membros do Conselho de Administração e o Fiscal Único tomam posse

perante o Presidente da CMM.

SECÇÃO II

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ARTIGO 7º

(Composição)

- 1 - A Administração da empresa é exercida por um Conselho de Administração, constituído por um Presidente e por dois Vogais nomeados e exonerados pela Câmara Municipal de Matosinhos sob proposta do respectivo Presidente, a qual estabelecerá o respectivo regime de exercício de funções, sem prejuízo das incompatibilidades previstas na lei.
- 2 - Com autorização da entidade tutelar, os administradores poderão designar um director delegado, que terá os poderes de gestão que lhe forem expressamente cometidos.
- 3 - O exercício do mandato não depende de prestações de caução.

ARTIGO 8º

(Mandato)

- 1 - O mandato dos membros do Conselho de Administração tem a duração de 4 anos, coincidente com o período eleitoral dos órgãos autárquicos, renovável por uma ou mais vezes, continuando em exercício de funções até à substituição ou declaração de cessação de funções.
- 2 - Os membros cujo mandato terminar antes de decorrido o período para que foram designados, por morte, impossibilidade, renuncia, destituição ou perda de direitos ou de funções indispensáveis à representação que exercem, serão substituídos.
- 3 - Em caso de impossibilidade temporária, física ou legal, para o exercício das respectivas funções, os membros impedidos podem ser substituídos

enquanto durar o impedimento.

- 4 - Tanto nos casos de substituição definitiva, como nos casos de substituição temporária é designado pela mesma forma por que tiver sido designado o substituto e cessa funções no termo do período para que tiver sido nomeado, salvo se, no caso de substituição temporária, o substituído regressar antes daquele termo ao exercício de funções.

ARTIGO 9º

(Remuneração e mais condições de exercício de funções)

Os membros do Conselho de Administração receberão retribuição mensal, que será fixada pela Câmara Municipal de Matosinhos, tendo em consideração o regime de exercício de funções.

ARTIGO 10º

(Competência do Conselho de Administração)

- 1 - Compete ao Conselho de Administração praticar todos os actos necessários à gestão da Empresa, designadamente:
 - a) Definir e manter actualizados as políticas e objectivos gerais da Empresa e controlar permanentemente a sua execução, designadamente através da apreciação de indicadores adequados;
 - b) Superintender nos serviços e na orientação geral da actividade da Empresa;
 - c) Elaborar os planos de actividade anuais e plurianuais, a demonstração previsional dos fluxos de caixa e outros orçamentos que se entendam pertinentes;
 - d) Elaborar, anualmente, o relatório de gestão, balanço, demonstração de resultados e anexos;
 - e) Submeter a aprovação ou autorização da Tutela os actos que nos termos da lei ou destes Estatutos o devam ser;
 - f) Representar a Empresa em quaisquer actos e contratos em que ela deva

- intervir, podendo delegar a representação em pessoa habilitada para o efeito;
- g) Representar a Empresa em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo acordar, transigir e desistir em pleitos;
 - h) Constituir mandatários com os poderes que julgar convenientes;
 - i) Celebrar e outorgar, de um modo geral, todos os contratos necessários ao funcionamento dos serviços e à prossecução do objecto da Empresa independentemente do valor e natureza;
 - j) Praticar todos os actos necessários à exploração dos bens e equipamentos;
 - k) Estabelecer a organização dos serviços, incluindo a fixação das categorias do pessoal e as respectivas remunerações, bem como os regulamentos internos;
 - l) Designar o director delegado, se assim o entender;
 - m) Estabelecer o quadro do pessoal, contratar, louvar ou premiar os trabalhadores, rescindir os respectivos contratos e exercer sobre eles a competente acção disciplinar;
 - n) Sugerir preços a cobrar pelos serviços prestados;
 - o) Autorizar a execução de trabalhos e de obras, fixando os termos e condições a que devem obedecer;
 - p) Providenciar sobre a conferência do cofre da tesouraria, quando o julgar conveniente e, pelo menos, uma vez em cada mês;
 - q) Estabelecer o modo de constituição das provisões e das reservas, o sistema de amortização de bens e o modo de distribuição dos resultados do exercício;
 - r) Deliberar sobre a aquisição, alienação ou oneração, por qualquer modo, de bens móveis ou imóveis necessários à prossecução das atribuições;
 - s) Adquirir ou constituir direitos relativos a bens móveis ou imóveis, designadamente o direito de propriedade e o direito de superfície;
 - t) Propor à Câmara que requeira a expropriação por utilidade pública e a constituição de servidões;
 - u) Organizar e actualizar o cadastro dos bens da Empresa e do domínio

- público a cargo dela, até 31 de Dezembro de cada ano;
- v) Estabelecer as regras de amortização e reavaliação dos bens da Empresa e, quando a ela houver lugar, dos seus bens do domínio público a seu cargo, bem como as regras de constituição das provisões e das reservas;
 - w) Praticar os demais actos que lhe caibam nos termos do presente Estatuto e dos regulamentos da Empresa ou lhe sejam cometidos pela Tutela;
 - x) Emitir parecer sobre assuntos que a Câmara Municipal de Matosinhos entenda dever submeter-lhe e mandar realizar estudos que por esta lhe sejam confiados.
- 2 - O Conselho de Administração pode delegar determinados poderes da sua competência em um ou mais dos seus membros, estabelecendo em cada os limites e condições de exercício da delegação.

ARTIGO 11º

(Competência do Presidente)

- 1 - Compete especialmente ao Presidente do Conselho de Administração:
- a) Convocar e dirigir as reuniões do Conselho de Administração e, quando entender conveniente, solicitar reuniões conjuntas com o Fiscal Único;
 - b) Suspender, se julgar conveniente, a execução das deliberações do Conselho de Administração tomadas sem a presença de todos os seus membros em exercício, submetendo essas deliberações à reunião imediatamente seguinte do referido Conselho;
 - c) Velar pela correcta execução das deliberações do Conselho de Administração;
 - d) Exercer os poderes que o Conselho de Administração nele delegar;
 - e) Desempenhar as demais funções estabelecidas neste Estatuto e regulamento internos.
- 2 - O Presidente terá sempre voto de qualidade e poderá opor o seu veto a deliberações que repute contrárias à lei, aos estatutos ou interesse público,

com a consequente suspensão da executoriedade da deliberação, até que sobre esta se pronuncie a Tutela.

- 3 - A suspensão referida no número anterior, finda com a confirmação do acto pela Câmara Municipal de Matosinhos ou pelo decurso do prazo de 15 dias sobre o seu conhecimento, sem que a seu respeito tenha emitido qualquer juízo.
- 4 - A confirmação do veto acarreta a ineficácia da deliberação.

ARTIGO 12º

(Reuniões, deliberações e actas)

- 1 - O Conselho de Administração reúne ordinariamente em cada quinzena e extraordinariamente sempre que o Presidente o convoque ou qualquer dos seus membros o requeira.
- 2 - As deliberações são tomadas por maioria e só são válidas quando se encontre presente à reunião a maioria dos membros, sendo proibido o voto por correspondência ou procuração.
- 3 - As actas são lavradas em livro próprio e assinadas pelos membros do Conselho presentes à reunião.

ARTIGO 13º

(Termos em que a Empresa se obriga)

- 1 - A Empresa obriga-se:
 - a) Pela assinatura conjunta de 2 administradores, sendo um deles o Presidente ou o membro que o substitui;
 - b) Pela assinatura de um administrador, no âmbito dos poderes nele delegados;
 - c) Pela assinatura de mandatário ou mandatários, no âmbito dos poderes que lhe tenham sido conferidos, ou de procuradores especialmente constituídos, dentro dos limites da respectiva procuração;

- d) Para actos de mero expediente bastará, porém, assinatura de um membro do Conselho de Administração ou das pessoas a quem se referem as alíneas b) e c), no âmbito da competência que lhes tiver sido atribuída.

SECÇÃO III

FISCAL ÚNICO

ARTIGO 14º

(Composição)

- 1 - O órgão de fiscalização é composto por um Fiscal Único.
- 2 - O Fiscal Único é designado pela Câmara Municipal de Matosinhos, pelo período correspondente ao mandato do Órgão Executivo Municipal, renovável por uma ou mais vezes, continuando em exercício de funções até substituição ou declaração de cessação de funções.
- 3 - Se o mandato terminar antes de decorrido o período pelo qual foi designado, por morte, impossibilidade, renúncia, destituição ou perda dos direitos ou de funções indispensáveis à representação que exerce, será substituído.
- 4 - Em caso de impossibilidade temporária física ou legal para o exercício das respectivas funções, o membro impedido pode ser substituído enquanto durar o impedimento.
- 5 - Tanto no caso de substituição definitiva, como no caso de substituição temporária é designado pela mesma forma por que tiver sido designado o substituído e cessa funções no termo do período para que este tiver sido nomeado, salvo se, no caso de substituição temporária, o substituto regressar antes daquele termo ao exercício de funções.
- 6 - As funções do Fiscal Único são acumuláveis com o exercício de outras funções profissionais, sem prejuízo das incompatibilidades previstas por lei.

ARTIGO 15º

(Contrapartida, abonos e despesas de deslocação)

- 1 - O Fiscal Único poderá auferir uma contrapartida pelo exercido da sua acção fiscalizadora, em espécie ou montante, a definir pela Comissão Municipal de Matosinhos.
- 2 - O Fiscal Único que no exercício das suas funções tenha que se deslocar da localidade onde habitualmente reside, tem direito ao abono das ajudas de custo em vigor na Empresa e ao pagamento de despesas de transporte, nos termos que forem fixados para o Conselho de Administração.

ARTIGO 16º

(Competência)

- 1 - Ao Fiscal Único compete:
 - a) Fiscalizar a administração da Empresa;
 - b) Velar pelo cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis à Empresa;
 - c) Acompanhar a execução dos planos de actividades e da demonstração previsional dos fluxos de caixa e dos orçamentos que tenham sido elaborados;
 - d) Examinar periodicamente a contabilidade da Empresa e execução dos orçamentos e obter outras informações que lhe permitam inteirar-se da evolução da sua gestão;
 - e) Verificar a regularidade dos livros, registos contabilísticos e documentos que lhe servem de suporte;
 - f) Efectuar as verificações e conferências que julgar convenientes relativamente à coincidência dos valores contabilísticos com os patrimoniais, particularmente no que se refere às disponibilidades e outros bens e valores de propriedade da Empresa ou à sua guarda;
 - g) Verificar se os critérios valométricos adoptados pela empresa conduzem a uma correcta avaliação do património;

- h) Verificar a exactidão do balanço e da demonstração dos resultados;
- i) Elaborar anualmente relatório sobre a sua acção e dar parecer sobre o relatório de gestão, contas e proposta de aplicação de resultados e demais documentos obrigatórios de prestação de contas apresentados pelo Conselho de Administração;
- j) Sugerir ao Conselho de Administração ou à Câmara Municipal de Matosinhos, as providências necessárias à boa administração da Empresa e às reformas convenientes à melhoria da prossecução das respectivas atribuições;
- k) Pronunciar-se sobre qualquer assunto de interesse para a Empresa que seja submetido à sua apreciação pelo Conselho de Administração ou pela Tutela;
- l) Exercer as demais funções estabelecidas neste Estatuto e regulamento da Empresa ou que lhe sejam cometidas por lei.

ARTIGO 17º

(Poderes do Fiscal Único)

1 - Para o desempenho das suas funções pode o Fiscal Único:

- a) Obter do Conselho de Administração a apresentação, para o exame e verificação dos livros, registos e documentos da Empresa, bem como as existências de qualquer classe de valores, designadamente dinheiro, títulos e mercadorias;
- b) Obter do Conselho de Administração ou de qualquer dos administradores informações ou esclarecimentos sobre o curso das operações ou actividades da Empresa ou sobre qualquer dos seus negócios;
- c) Obter de terceiros que tenham realizado operações por conta da Empresa as informações de que careça para o conveniente esclarecimento de tais operações;
- d) Assistir às reuniões do Conselho de Administração, sempre que este órgão o solicite;

- 2 - O disposto na alínea c) do nº 1 não abrange a comunicação de documentos ou contratos detidos por terceiros, salvo se for judicialmente autorizada. Ao direito conferido pela mesma alínea não pode ser oposto segredo profissional que não pudesse ser também oposto ao Conselho de Administração da Empresa.
- 3 - O Fiscal Único poderá fazer-se assistir, por sua responsabilidade, por auditores internos da Empresa, se os houver, e por auditores externos contratados pelo Conselho de Administração.
- 4 - O Fiscal Único tem livre acesso a todos os sectores e documentos da Empresa, devendo, para o efeito, requisitar a comparência dos respectivos responsáveis.
- 5 - O Fiscal Único assistirá obrigatoriamente às reuniões do Conselho de Administração em que se apreciem os documentos de prestação de contas.

CAPÍTULO III

INTERVENÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL DE MATOSINHOS

ARTIGO 18º

(Da Tutela)

- 1 - A Tutela é exercida pela Câmara Municipal de Matosinhos e compreende:
 - a) A definição dos objectivos básicos a prosseguir pela Empresa, designadamente para efeitos de preparação dos planos de actividade e dos orçamentos;
 - b) O poder de dar directivas e instruções genéricas ao Conselho de Administração, no âmbito da política geral de desenvolvimento do sector;
 - c) O poder de exigir todas as informações e documentos julgados úteis para acompanhar a actividade da Empresa, bem como o de determinar inspecções ou inquéritos ao seu funcionamento ou a certos aspectos deste, independentemente da existência de indícios da prática de irregularidades.

- 2 - Serão submetidos à aprovação da Câmara Municipal de Matosinhos:
- a) Os planos de actividade anuais e plurianuais e suas revisões;
 - b) A demonstração previsional dos fluxos de caixa, outros orçamentos e suas revisões;
 - c) O relatório de gestão do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração de resultados e anexos, bem como a aplicação dos lucros de exercício;
- 3 - Carecem de autorização da Câmara Municipal de Matosinhos:
- a) A outorga dos contratos a celebrar pela Empresa, em que seja necessário o aval ou outra garantia da Câmara;
 - b) A aquisição e venda de bens imóveis, quando as verbas globais correspondentes não estejam previstas nos orçamentos aprovados;
 - c) A aquisição e venda de bens e serviços de valor superior a cinquenta mil euros;
 - d) Os acordos de saneamento económico e financeiro, os contratos-programa e os contratos de gestão.
- 4 - A Câmara Municipal de Matosinhos poderá avalizar ou garantir por outra forma obrigações contraídas pela *MS – Matosinhos Sport, EM*.

CAPÍTULO IV

GESTÃO FINANCEIRA E PATRIMONIAL

ARTIGO 19º

(Princípios básicos de gestão)

- 1 - A gestão da *MS – Matosinhos Sport, EM* realizar-se-á por forma a assegurar a viabilidade económica da Empresa e o seu equilíbrio financeiro, com respeito pelo disposto neste Estatutos, regras legais e princípios da boa gestão empresarial.
- 2 - Na gestão da *MS – Matosinhos Sport, EM* ter-se-ão em conta, nomeadamente, os seguintes condicionalismos e objectivos:

- a) Adaptação da oferta à procura economicamente rentável, salvo quando sejam acordadas com a Câmara Municipal de Matosinhos especiais obrigações de interesse público;
- b) Obtenção de preços que permitam o equilíbrio da exploração a médio prazo;
- c) Obtenção de índices de produtividade compatíveis com padrões internacionais;
- d) Evolução da massa salarial adequada aos ganhos de produtividade e ao equilíbrio financeiro da exploração;
- e) Subordinação de novos investimentos a critérios de decisão empresarial, nomeadamente em termos de taxa de rentabilidade, período de recuperação do capital e grau de risco, excepto quando sejam acordados com a Tutela outros critérios a aplicar;
- f) Adequação dos recursos financeiros à natureza dos activos a financiar;
- g) Compatibilidade da estrutura financeira com a rentabilidade da exploração e com o grau de risco da actividade;
- h) Adopção de uma gestão previsional por objectivos, assente na descentralização e delegação de responsabilidades e adaptada à dimensão da Empresa.

ARTIGO 20º

(Instrumentos de previsão e planeamento)

A gestão económica e financeira da Empresa é disciplinada pelos seguintes instrumentos de gestão previsional:

- a) Planos de actividade anuais e plurianuais;
- b) Demonstração dos fluxos de caixa, outros orçamentos e suas actualizações;
- c) Contratos-programa, quando os houver.

ARTIGO 21º

(Planos de actividade e demonstração previsional dos fluxos de caixa)

- 1 - Os planos de actividade plurianuais devem estabelecer a estratégia a seguir pela Empresa, sendo reformulados sempre que as circunstâncias o justifiquem.
- 2 - A *MS – Matosinhos Sport, EM* preparará para cada ano económico o plano de actividades, a demonstração previsional dos fluxos de caixa e os orçamentos com o desenvolvimento que se entenda adequado à gestão da Empresa.
- 3 - O plano de actividades deverá ser completado com os desdobramentos necessários para permitir a descentralização de responsabilidades e o adequado controlo de gestão.
- 4 - Estes instrumentos previsionais deverão explicitar a forma como procuram concretizar os planos plurianuais, referindo nomeadamente os investimentos projectados e as respectivas fontes de financiamento.
- 5 - Os planos de actividade e a demonstração previsional dos fluxos de caixa são remetidos à Câmara Municipal de Matosinhos para aprovação até 30 de Outubro do ano anterior àquele a que respeitem, podendo a Tutela solicitar, no prazo de 15 dias, todos os esclarecimentos que julgue necessários.

ARTIGO 22º

(Capital e Modo de Realização)

- 1 - O capital estatutário da Empresa é de € 50.000,00 (cinquenta mil euros), sendo realizado em dinheiro € 20.000,00 e em imobilizado € 30.000,00.
- 2 - O Capital da Empresa pode ser alterado através de dotações e outras entradas do Município de Matosinhos, bem como mediante incorporação de reservas.
- 3 - As alterações do Capital Estatutário dependem da aprovação da Tutela.

ARTIGO 23º

(Receitas)

1 - Constituem receitas da *MS – Matosinhos Sport, EM*:

- a) As verbas que lhe forem destinadas pela Câmara Municipal de Matosinhos;
- b) As receitas provenientes da sua actividade e as resultantes de serviços prestados no seu âmbito;
- c) As participações, as dotações e os subsídios do Estado e seus institutos públicos, de autarquias locais, pessoas colectivas de utilidade pública administrativa, ou de outras pessoas singulares ou colectivas, que lhe sejam atribuídas;
- d) Doações, heranças ou legados que lhe sejam destinados;
- e) Os rendimentos de bens próprios;
- f) O produto da alienação de bens próprios e da constituição de direitos sobre eles;
- g) O produto das mais-valias devidas pela valorização do seu património;
- h) O produto de empréstimos;
- i) Quaisquer outros rendimentos ou valores que provenham da sua actividade ou que, por lei ou contrato, lhe devam pertencer.

ARTIGO 24º

(Amortizações e Reavaliações)

- 1 - A amortização dos bens e a reavaliação do activo imobilizado serão efectuadas pelo Conselho de Administração, com parecer favorável do Fiscal Único, de acordo com critérios aprovados pela Tutela, sem prejuízo de aplicabilidade do disposto na lei fiscal.
- 2 - A Empresa deve proceder periodicamente à reavaliação do activo imobilizado, em ordem a obter uma mais exacta correspondência entre os valores patrimoniais e contabilísticos.

ARTIGO 25º

(Provisões e Reservas)

- 1 - A *MS – Matosinhos Sport, EM* deverá constituir as provisões e reservas julgadas necessárias, sendo obrigatória a constituição de:
 - a) Reserva estatutária;
 - b) Reserva especial;
 - c) Reserva para fins sociais.
- 2 - Constituem a reserva estatutária dez por cento dos excedentes de cada exercício e, para além disso, o que deles lhe for anualmente destinado.
- 3 - Constituem reserva especial a parte dos resultados apurados em cada exercício que lhe for destinada e as receitas provenientes de doações ou subsídios de que a *MS – Matosinhos Sport, EM* seja beneficiária;
- 4 - A reserva para fins sociais será fixada em percentagem dos resultados e destina-se a financiar benefícios sociais a atribuir à população do Concelho de Matosinhos ou à prestação de serviços colectivos aos trabalhadores da *MS – Matosinhos Sport, EM*.
- 5 - Quando a conta de resultados do exercício encerre com lucros, o Conselho de Administração atribuirá à Câmara Municipal de Matosinhos uma Participação que pode elevar-se até ao valor correspondente a oitenta por cento, dispondo do remanescente nos termos indicados nos números anteriores.
- 6 - A Câmara Municipal constitui-se garante de eventuais prejuízos em cada exercício económico, transferindo para a *MS – Matosinhos Sport, EM* a dotação correspondente sempre que tal se torne necessário para o normal desenvolvimento da sua actividade.

ARTIGO 26º

(Contabilidade)

- 1 - A contabilidade da *MS – Matosinhos Sport, EM* deve responder às necessidades da gestão da Empresa e permitir um controlo orçamental

permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre os valores patrimoniais.

- 2 - A organização e execução da contabilidade e dos orçamentos e suas actualizações deverão processar-se em conformidade com regulamentos a estabelecer de harmonia com os presentes estatutos e as leis em vigor, nomeadamente, o Código das Sociedades Comerciais e legislação conexas.

ARTIGO 27º

(Prestação e aprovação de contas)

- 1 - A Empresa deve elaborar, com referência a 31 de Dezembro de cada ano, os seguintes documentos:
 - a) Balanço, demonstração de resultados anexos;
 - b) Relatório de gestão do Conselho de Administração, dando conta da forma como foram atingidos os objectivos da Empresa e analisando a eficiência desta nos vários domínios da sua actuação.
- 2 - Os documentos referidos no número anterior com o parecer do Fiscal Único, serão enviados até ao dia 31 de Março do ano seguinte à Tutela que os apreciará e aprovará até 30 de Abril, considerando-se tacitamente aprovados decorrido esse prazo.
- 3 - O relatório anual de gestão do Conselho de Administração, o balanço, a demonstração de resultados e o parecer do Fiscal Único serão publicados por extracto sumário na III Série do Diário da República.

ARTIGO 28º

(Empréstimos)

- 1 - A *MS – Matosinhos Sport, EM* pode contrair empréstimos a curto prazo (inferiores a 1 ano), em moeda nacional ou estrangeira, bem como emitir obrigações.
- 2 - Para empréstimos a médio prazo (1 a 5 anos) e a longo prazo (mais de 5 anos) a *MS – Matosinhos Sport, EM* necessita de autorização da Câmara Municipal de Matosinhos.
- 3 - Os empréstimos a que se referem os números anteriores só podem ser contraídos para a realização de investimentos reprodutivos, realização de obras e melhoramentos de utilidade pública e ainda para a reconversão de empréstimos anteriormente obtidos.
- 4 - A *MS – Matosinhos Sport, EM* poderá, igualmente, contrair empréstimos a curto prazo para antecipação de receitas, aquisição de material ou fundo de maneo de tesouraria.

ARTIGO 29º

(Cadastro)

O cadastro dos bens da empresa e do domínio público a cargo dela será actualizado até 31 de Dezembro de cada ano.

CAPÍTULO V

DO PESSOAL

ARTIGO 30º

(Regime do pessoal)

O estatuto do pessoal baseia-se no regime do contrato individual de trabalho, sendo a contratação colectiva regulada pela lei geral.

ARTIGO 31º

(Requisição, comissão de serviço, destacamento)

- 1 - Sem prejuízo do que se dispõe nos números seguintes, o pessoal das empresas está sujeito ao regime geral da segurança social.

- 2 - Os funcionários da administração central, regional e local e de outras entidades públicas podem exercer funções nas empresas em regime de comissão de serviço, requisição ou destacamento, por períodos no mínimo anuais, sucessivamente renováveis.
- 3 - Enquanto se mantiverem na situação referida no número anterior, os funcionários mantêm todos os direitos inerentes ao lugar de origem, designadamente o direito à carreira e à segurança social, considerando-se, para todos os efeitos, o período de comissão de serviço, requisição ou destacamento como tempo de serviço efectivamente prestado no lugar de origem.
- 4 - O pessoal previsto no nº 2, em regime de comissão de serviço ou requisição, pode optar pelas remunerações do lugar de origem ou pelas correspondentes às funções que desempenhe nas empresas, a suportar por estas.
- 5 - As comissões de serviço, as requisições ou os destacamentos feitos ao abrigo do presente artigo não determinam a abertura de vaga no quadro de origem.

ARTIGO 32º

(Forma de Participação dos Trabalhadores na Gestão da Empresa)

A participação dos trabalhadores na gestão da Empresa exerce-se da seguinte forma:

- 1 - Recebimento de todas as informações necessárias ao exercício da sua actividade e direito à informação sobre as seguintes matérias e direitos:
 - a) Instrumentos de gestão previsional e situação contabilística da Empresa;
 - b) Regulamentos internos;
 - c) Gestão de pessoal e estabelecimento dos seus critérios básicos, mínimos de produtividade e grau de abstencionismo.
- 2 - Emissão de parecer sobre os seguintes actos:
 - a) Estabelecimento do plano anual de férias dos trabalhadores da Empresa;

- b) Alteração dos horários de trabalho aplicáveis a todos ou a parte dos trabalhadores da Empresa;
- 3 - Exercício do controle de gestão através das seguintes medidas:
- a) Apresentar ao Conselho de Administração sugestões, recomendações e críticas tendentes à formação profissional dos trabalhadores e, em geral, à melhoria da qualidade de vida no trabalho e das condições de higiene e segurança;
 - b) Defender junto do Conselho de Administração os legítimos interesses dos trabalhadores;
 - c) Gerir ou participar na gestão das obras sociais da Empresa.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES DIVERSAS E TRANSITÓRIAS

ARTIGO 33º

(Arquivo)

- 1 - A Empresa conservará em arquivo todos os documentos da sua escrita principal e a correspondência pelo prazo de 10 anos.
- 2 - Poderão os documentos, que devem conservar-se em arquivo, ser microfilmados, depois de autenticados com a assinatura do responsável pelo serviço.
- 3 - Os originais dos documentos que hajam sido microfilmados, nos termos do número anterior, poderão ser inutilizados.
- 4 - As reproduções autenticadas de documentos arquivados têm a mesma força probatória que os originais, mesmo quando se trate de ampliações de microfilmes.

ARTIGO 34º

(Transmissões de bens e outros valores)

- 1 - O Município de Matosinhos transfere para a *MS – Matosinhos Sport, EM* a gestão dos bens e equipamentos municipais inerentes à realização das atribuições cometidas.
- 2 - A extinção da *MS – Matosinhos Sport, EM* implicará a reversão para o Município de Matosinhos de todos os seus bens, direitos e obrigações.
- 3 - Todas as transmissões a que se refere este artigo serão feitas por auto lavrado pelo notário da Câmara Municipal de Matosinhos e assinado pelo Presidente desta e pelo Presidente do Conselho de Administração da *MS – Matosinhos Sport, EM*.

ARTIGO 35º

(Interpretação)

As dúvidas que se suscitarem na interpretação ou aplicação dos presentes Estatutos serão resolvidas pela legislação aplicável.